



**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM
NOS MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE
PARANAVÁI - SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO
ESTADO DO PARANÁ**

Nathalia da Silva Araujo, naaah.araujoo@hotmail.com;
Profª Ms. Priscila Semzezem (Orientadora), priscilasesmzezem@hotmail.com;
Profª Ms. Keila Pinna Valensuela (Co-orientadora), keilapinna@hotmail.com;
Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR Campus Paranavaí.

Eixo Temático II: Política Social e Trabalho

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar as condições de trabalho dos assistentes sociais que atuam nos 29 municípios de abrangência do Escritório Regional de Paranavaí (ER). A pesquisa tem como universo os 29 municípios de abrangência da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social do Estado do Paraná (SEDES). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo, de natureza quantitativa, que teve como instrumento de coleta de dados a aplicação de um questionário aos assistentes sociais inseridos nestes municípios. Esta pesquisa, ao mapear as condições de trabalho dos assistentes sociais, revela a necessidade de aprofundar a pesquisa em relação aos desafios da construção das condições de trabalho dos assistentes sociais inseridos nos municípios pesquisados.

Palavras-chave: Condições de Trabalho; Assistentes Sociais; Política de Assistência Social.

INTRODUÇÃO

O Serviço Social ao longo dos anos alcançou grandes avanços, mas se faz necessário uma progressão na área principalmente no que se refere a atuação do assistente social na construção das condições de trabalho. Nesta compreensão, o trabalho visa apresentar a inserção do Assistente Social na divisão social e técnica do trabalho, especificamente na Política de Assistência Social, bem como identificar as transformações que ocorreram no campo de trabalho após o amadurecimento do sistema capitalista e as consequências para os Assistentes Sociais inseridos nos 29



IV JORNADA DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL

municípios de abrangência do ER de Paranavaí. Tendo como principal objetivo apresentar as condições de trabalho dos Assistentes Sociais nestes municípios.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo, de natureza quantitativa. Para a obtenção de dados foi utilizado como instrumento de coleta de dados, a aplicação de questionário aos Assistentes Sociais inseridos nos 29 municípios de abrangência do ER de Paranavaí.

Após a obtenção dos dados, será realizado uma análise e tratamento do material, e conforme explica Minayo (2009, p. 27), referem-se “ao conjunto de procedimentos para valorizar, compreender e interpretar os dados empíricos, articulá-los com a teoria [...]”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social no Brasil foi reconhecida como uma política pública de Seguridade Social, sendo regulamentada pela Lei nº 8.742 de 07 de setembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Em julho de 2005 foi aprovada pela Resolução CNAS nº 130, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), que regulamentou a gestão e operacionalização da Política de Assistência Social no Brasil. Em 2011, o SUAS é regulamentado pela Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011, alterando assim a Lei nº 8.742/1993; e no ano de 2012 foi substituído a NOB/SUAS-2005 pela NOB/SUAS-2012, aprovada pela Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012.

Segundo Raichelis (2011), verifica-se que após as mudanças, no que se refere a gestão do trabalho, ocorre a aprovação da NOB/RH em 2006, que constitui como fundamental instrumento político normativo, pois é através da mesma que se constituem as normas, diretrizes e parâmetros para organização e gestão do trabalho do profissional na assistência social. Após os 10 anos da aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS-2004), é possível observar que, no



IV JORNADA DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL

que se refere a rede de proteção social no Brasil, os dados do Censo SUAS (2014) aponta que há cerca de 8.088 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) nos municípios brasileiros. Sendo possível observar que há um avanço na organização e capilaridade dos serviços em todo o Brasil, mas este processo está em constante movimento e possui contradições. Nesse sentido, a inserção dos profissionais da Assistência Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) vem acontecendo ao longo de uma década. Após ser implantado o SUAS, teve-se um aumento na oferta de demandas de profissionais qualificados para as áreas profissionais, tanto para os Assistentes Sociais, quanto para profissionais de outras áreas. De acordo com o Censo SUAS (2014), cerca de 82.072 profissionais estão inseridos na Assistência Social, destes 29.649 são profissionais contratados via concurso público, e os demais são profissionais celetistas, comissionados, e outros, sendo possível identificar que a maioria dos trabalhadores são contratados de formas precárias.

De acordo com Almeida e Alencar (2011), as ações dos profissionais de Serviço Social são deliberadas pelo Estado e sociedade civil que influenciam nas formas de regulação do mercado de trabalho. Em particular nas condições de trabalho dos profissionais nas instituições públicas estatais:

[...] do perfil assumido pelo Estado, em relação às políticas públicas, do alargamento e amplitude dos direitos sociais, dos do alcance da intervenção política resultante das disputas das instituições que conformam a sociedade civil, da constituição e distribuição do fundo público e da capacidade tecnológica e resolutiva das políticas públicas. A combinação destes diferentes fatores é determinante para a definição das formas de ingresso, contratação, treinamento, capacitação continuada e disposição organizacional desta força de trabalho (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 146).

Neste sentido, ressalta Antunes (2004) apud Hora (2015), que as transformações societárias têm início no Brasil da década de 1990, trazendo mudanças para os assistentes sociais, como a precarização nos vínculos trabalhistas, baixos salários e principalmente uma dicotomia entre os profissionais concursados e os profissionais com vínculos de trabalho temporários. E os novos modelos de trabalho proposto



IV JORNADA DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL

pelo capital, para a produção de lucros afeta a forma de trabalhar e os serviços dos profissionais. Para se ter maior lucratividade as instituições aumentam a mão de obra de exploração, com vínculos de trabalhos precários, que são realizados através de contratos temporários, praticamente “sem” direitos.

Considerando os avanços em relação à política, no que refere a sua regulamentação e tendo esse estudo o recorte sobre os municípios referenciados pelo ER-Paranavaí, a pesquisa quantitativa realizada identificou que, em relação ao número de profissionais inseridos na Política de Assistência Social, é possível observar que os municípios em sua totalidade possuem 86 Assistentes Sociais. E destes, 4 profissionais estão inseridos em organizações não governamentais (ONG's). Em relação ao vínculo de trabalho destes profissionais, somente 76% dos Assistentes Sociais foram contratados via concurso público, 10% contratados via contrato de trabalho, 6% são contratos via comissionados e, por fim, cerca de 8% são celetistas. Ainda, no que se refere ao horário de trabalho dos Assistentes Sociais, é possível observar que, apenas 70% dos profissionais trabalham 30 horas por semana, 21% trabalham menos de 30 horas e, por fim, cerca de 9% trabalham mais de 30 horas por semana. Embora se tenha estudos e pesquisas como o Censo SUAS (2014), no que se refere aos trabalhadores da Política de Assistência Social no Brasil, é importante a realização de uma pesquisa sobre os desafios das condições de trabalho dos assistentes sociais que atuam nos 29 municípios de abrangência do ER de Paranavaí, pois trata-se de uma região que possui suas particularidades, sendo que dos 29 municípios, 27 são de pequeno porte I, um pequeno porte II e um médio porte, todos possuem CRAS.

CONCLUSÕES

A partir da PNAS (2004), NOB/SUAS e as normalizações que ocorreram na Política da Assistência Social no Brasil, que deram origem as novas demandas e desafios na política, dentre eles, a gestão do trabalho, que é um dos elementos que o compõe: as relações e condições de trabalho.



IV JORNADA DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL

De acordo com Hora (2015), as condições de trabalho dos assistentes sociais são desreguladas e flexibilizadas, quando se trata de um profissional assalariado o mesmo se torna subordinado pelas entidades empregadoras. Tornando-se um trabalho com mais burocracia, alienação, sendo que o fundamental é que o profissional tenha um trabalho intelectual.

Os dados demonstraram que, na região, a pesquisa sobre as condições de trabalho é importante, pois a Política de Assistência Social se operacionaliza através da oferta de serviços e o trabalhador é o principal mediador entre o Estado e o usuário. Neste sentido a pesquisa servirá de subsídio para futuros debates, e contribuirá para a efetivação do SUAS e da Política de Assistência Social na região de Paranavaí.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)**. Brasília, 2005.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)**. Brasília, 2012.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. SNAS. CNAS. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília, 2004.
- _____. Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993. **Cria a Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, DF, 1993.
- _____. Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011. **Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social**. Brasília, 2011.
- ALMEIDA, Andréia Cristina da Silva. **A Proteção Social no Âmbito da Política de Assistência Social: Uma Análise das Seguranças Sociais**. 2011. 173p. (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.
- HORA. Senir dos Santos da. **Serviço Social e as Condições de Trabalho no SUAS: Tensões e desafios para materialização do projeto profissional**. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/21056/15715>. Acesso em: 20 de fev. 2016.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- RAICHELIS, Raquel. **O Trabalho e os Trabalhadores do SUAS: O enfrentamento necessário na Assistência Social**. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS: Uma**



IV JORNADA DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL

contribuição necessária. Brasília: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.